Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90006/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 70014 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG

Avisos (0)	Impugnações (2)	Esclarecimentos (0)
21/01/2025 16:52		<p data-bbox="534 302 1364 324">AO EXÍMIO SR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - ESTADO DE MINAS GERAIS</p> <p data-bbox="534 369 798 392">Pregão Eletrônico n° 90006/2025.</p> <p data-bbox="534 459 1468 548">AGILE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 01.318.721/0001-07, com sede na Rua Rui José Araujo, n° 110, Vila Rica, no Município de Santo Antônio da Platina/PR, vem, por intermédio de seu representante legal, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL supramencionado, nos termos expostos a seguir.</p> <p data-bbox="534 571 861 593">TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE</p> <p data-bbox="534 638 1468 683">1. Prevê a cláusula 10.2. do Edital, que qualquer pessoa é legítima para impugnar este Edital até 3 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. Nessa senda, tenha-se que a presente impugnação é tempestiva.</p> <p data-bbox="534 705 1173 750">2. Da mesma maneira, considerando que o CNPJ da Impugnante contempla o objeto licitado, demonstrada a legitimidade e tempestividade da presente impugnação.</p> <p data-bbox="534 772 774 795">OBJETO DA IMPUGNAÇÃO</p> <p data-bbox="534 840 1468 884">3. O Pregão em referência tem por objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.</p> <p data-bbox="534 907 1468 996">4. Contudo, ao analisar o edital, no anexo I – Termo de Referência, verifica-se que não existe uma descrição detalhada de quais peças ou acessórios que a Impugnante precisará fornecer, trazendo somente a informação de quais equipamentos será necessário a manutenção. Ademais, o presente edital apresenta um só lote, onde engloba toda a parte de mão de obra para a manutenção, bem como o fornecimento das peças.</p> <p data-bbox="534 1019 1468 1086">5. Dessa forma, malgrado o processo licitatório deva ser livre de qualquer exigência abusiva ou vícios, é possível observar que o Ato Convocatório restringe indevidamente os produtos por mera descrição genérica, impedindo que empresas plenamente capazes de</p> <p data-bbox="534 1108 1468 1153">executar a mão de obra e fornecer as peças de alta qualidade apresentem as suas propostas com valores corretos ao mercado atual, qual atenda às necessidades do Órgão ofertando preços mais competitivos.</p> <p data-bbox="534 1176 1468 1243">6. Nessa senda, está, a flagrante contrariedade estabelecida entre o Edital e os diversos dispositivos da Lei Federal de n.º 14.133/21, que fere os Princípios Constitucionais da Administração Pública, com o que não se pode aceitar, conforme restará demonstrado nesta peça, vejamos:</p> <p data-bbox="534 1265 1468 1310">DA CONSTATAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS E REGRAS GERAIS AMPARADOS PELA LEI Nº 14.133/21 DE LICITAÇÕES</p> <p data-bbox="534 1332 1468 1377">7. O processo Licitatório deverá obedecer de forma integral, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, senão vejamos:</p> <p data-bbox="534 1400 1468 1467">Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:</p> <p data-bbox="534 1489 1468 1534">8. Ademais, o artigo 5º da Lei nº. 14.133/21 que rege o presente edital, estabelece normas sobre gerais licitações e contratos administrativos, veja-se:</p> <p data-bbox="534 1556 1468 1668">Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).</p> <p data-bbox="534 1691 1468 1758">9. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21, ora a qual deveria ter sido observada no momento de elaboração do edital nº 90006/2025 pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, dispõe o Artigo 11, inciso II, de forma clara, os objetivos do processo licitatório, a saber:</p> <p data-bbox="534 1803 1181 1848">Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;</p> <p data-bbox="534 1870 1117 1915">10. Imperioso ressaltar, que observada qualquer violação ou infirmandade que comprometa o certame, torna-se necessária a realização de impugnação.</p> <p data-bbox="534 1937 813 1960">11. Sobre o tema, leciona Gasparini:</p> <p data-bbox="534 1982 1468 2116">[...] Na prática, impugna-se edital quando este inobserva as normas próprias da licitação as quais se sujeitam o órgão ou entidade promotor do procedimento licitatório, ou quando as regras do instrumento convocatório conflitam com o princípio da impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade ou julgamento objetivo. Desse modo, a impugnação é um instrumento posto à disposição dos cidadãos e dos licitantes no sentido de obrigar o promotor do certame a cumprir o postulado da legalidade. Em outros termos, a impugnação é uma reação contra um edital deflagrado com vícios de legalidade. (GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 659.)</p> <p data-bbox="534 2139 1468 2184">12. Pois bem. No caso em análise, é evidente que a falta da separação de lotes e, bem como, da discriminação das peças viola a legalidade do certame, considerando que peças específicas nesses equipamentos custam um preço relativamente alto</p>

comparado com outras peças simples no mesmo equipamento, não considerando a realidade do mercado atual.

13. Logo, tenha-se que o instrumento convocatório desta licitação está fazendo uma exigência que vai de encontro à própria essência da licitação que é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame ao maior número possível de concorrentes.

14. Inclusive, a Lei de Licitações, em seu Art. 9º, ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

15. Neste sentido, a disposição de itens em lote único, não apenas dificulta a confecção da proposta em determinados produtos, mas também prejudica a transparência e a competitividade do certame, comprometendo a obtenção dos melhores preços e condições para a Administração Pública.

16. A administração acaba por limitar a participação de muitas empresas no certame, que poderiam ser mais vantajosas à administração pública tanto na qualidade como nos valores das propostas.

17. Sendo assim, tenha-se que ao separar em lotes diferentes e discriminar as peças a serem adquiridas, a participação de empresas especializadas em determinadas peças acaba sendo excluída, bem como a entrega de produtos de qualidade superior e, das quais poderiam ser entregues certificações específicas para atestar sua qualidade.

18. Diante do exposto, considerando a evidente restrição à competitividade no presente certame, ocasionada pela unificação de lotes e, também, pela falta de descrição das peças, medidas que violam os princípios norteadores da Administração Pública, em especial o da ampla participação, torna-se imprescindível a revisão do edital .

DOS PEDIDOS:

19. Requer-se o recebimento da presente impugnação ao edital;

20. Requer-se a revisão do edital para dividir os itens que se encontram em lote único, para divisão em lotes separados, consoante ao princípio da competitividade.

21. Requer-se a revisão do edital para detalhar quais seriam as peças necessárias para a troca, garantindo maior competitividade e isonomia, em conformidade com os princípios da Administração Pública.

22. Requer-se a suspensão do prazo de entrega das propostas até a realização das alterações no edital, assegurando ampla e efetiva participação.

Nestes termos,
Aguarda pelo deferimento.

Joinville/SC, 17 de janeiro de 2025.

Submetido ao Setor competente, este assim se manifestou:

"Em análise à impugnação apresentada pela empresa Agile Equipamentos Odontológicos Ltda, que em suma alega haver necessidade da separação dos lotes entre manutenção e fornecimento de peças, e requer: o recebimento da presente impugnação ao edital; a revisão do edital para dividir os itens que se encontram em lote único, para divisão em lotes separados, consoante ao princípio da competitividade; a revisão do edital para detalhar quais seriam as peças necessárias para a troca, garantindo maior competitividade e isonomia, em conformidade com os princípios da Administração Pública; e a suspensão do prazo de entrega das propostas até a realização das alterações no edital, assegurando ampla e efetiva participação.

Passamos a informar.

Em relação ao recebimento da impugnação não temos objeções.

No que se refere a revisão do edital para dividir os itens que se encontram em lote único, o parcelamento do objeto foi analisado nos Estudos Técnicos Preliminares, itens 8 e 5, doc. 5909874 do processo 0009454-54.2024.6.13.8000.

"8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - (AQUISIÇÃO POR LOTES OU POR ITENS)

Tratando-se de item único (Contratação de serviços de manutenção nos equipamentos odontológicos), não se aplica o princípio do parcelamento. Como as peças serão parte integrante do contrato de manutenção, não há que se falar em parcelamento para o fornecimento deste itens, pois não há como prever quais peças serão necessárias, o que impede a delimitação do objeto, e a aquisição pontual não se demonstrou vantajosa conforme explicado no item 5 deste ETP."

"5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando-se que o art. 23 da IN 05/2009 da Diretoria Geral prevê que se faça manutenção nos equipamentos desde que o valor do reparo não ultrapasse 50% do seu valor de mercado, a contratação de empresa de manutenção continua como a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência, pois prolonga-se a vida útil dos equipamentos, pois são submetidos a uso intenso e contínuo.

Tendo em vista o custo atual de novos equipamentos, e considerando que o ciclo de vida do objeto após o reparo com as peças, as tornará utilizáveis por muitos anos, o reparo se demonstra a melhor relação custo-benefício para a administração pública.

O atual contrato 2/2020 não prevê o fornecimento de peças de reposição, cuja única vantagem seria uma eventual redução no custo de aquisição das mesmas, por meio de pesquisa de preços no mercado ou processo licitatório.

Contudo a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva mensais, com o fornecimento de peças de reposição, sem ônus para o TRE, envolvendo todos os custos envolvendo mão de obra, peças, componentes, materiais e insumos necessários a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva para o equipamento, apresenta-se como a mais vantajosa, pois traria inúmeras vantagens à Administração, tais como:

Maior disponibilidade dos equipamentos, uma vez que o tempo de restabelecimento de seu funcionamento, em caso de defeito, seria muito menor, pois não seria necessário aguardar os procedimentos de encaminhamento das especificações da peça a ser adquirida, elaboração e tramitação de processo de aquisição, recebimento e entrega à contratada para reposição;

Redução dos custos administrativos decorrentes da necessidade de disponibilização de servidores de áreas diversas para a elaboração e tramitação de processos de aquisição de peças de reposição sempre que necessário;

Falta de conhecimento técnico da Fiscalização para avaliar a real necessidade de substituição de peças quando solicitado pela CONTRATADA.

Evita cancelamentos de atendimentos odontológicos por defeito de equipamento."

Portanto, a licitação em lote único é uma necessidade prévia da Administração, que será atendida observando-se o princípio de competitividade, que por definição garante que as melhores condições sejam apresentadas para a Administração Pública para o atendimento daquela necessidade, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame ao maior número possível de concorrentes.

Quanto a revisão do Edital para detalhar quais peças seriam necessárias para a troca, não temos como detalhar, pois tanto na manutenção preventiva, quanto na corretiva, qualquer peça componente do equipamento pode dar defeito e necessitar de substituição, por esta razão o anexo I do termo de referência relaciona quais são os equipamentos a serem mantidos.

Por fim, não vislumbramos necessidade de alteração no Edital, conforme explicações acima.

É o que temos a informar."